



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 187/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Secretaria da Educação, número SIC em epígrafe, a respeito de eventual ciência da Secretaria acerca de ação judicial promovida pelo Centro do Professorado Paulista, para fins de reposição salarial dos servidores públicos da Pasta.
2. Em resposta, a Secretaria informou não ter conhecimento da referida ação judicial, aduzindo explicações adicionais. Em sede de 1ª instância, foi mantida a primeira resposta ofertada. Na sequência, dirigiu-se o interessado a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Destaque-se, preliminarmente, que o diálogo entre cidadão e Poder Público, extremamente salutar, é componente essencial da dinâmica democrática. Necessário que se reconheça, porém, que o Sistema de Informações ao Cidadão não é o caminho ideal para a formulação de consultas, denúncias ou reclamações, tendo antes por objetivo assegurar o acesso público a documentos, dados e informações sob custódia da Administração Pública, conforme as definições do artigo 4.º, incisos I e II, da Lei nº 12.527/2011: "*I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato; II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato*".
4. Nesse sentido, a Controladoria Geral da União possui entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. No caso concreto, o pedido inicial foi adequadamente atendido, limitando-se o recurso a questionar suposta falta de planejamento da Pasta no envio de projeto de lei complementar, manifestação essa que, ainda que possa ser legítima, claramente foge ao escopo do âmbito da Lei de Acesso a Informação.
6. Ante o exposto, considerando o adequado atendimento do pedido inicial, sem qualquer indicação por parte do interessado de negativa de acesso, **conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 17 de junho de 2016.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO